

Assembleia híbrida com trabalhadoras e trabalhadores do MTE tratar da campanha salarial 2024

Direção do Sindsep/MA realiza assembleia com trabalhadoras e trabalhadores do Ministério do Trabalho em São Luís para tratar da campanha salarial 2024 e pontos específicos de interesse da categoria.

Na oportunidade, o presidente do Sindsep/MA, João Carlos Martins explicou que a pauta da campanha salarial unificada dos servidores e servidoras públicas foi e está sendo exaustivamente debatida no âmbito do Fórum Nacional dos Servidores Federais (Fonasefe) e do Fórum Nacional Permanente de Carreiras Típicas do Estado (Fonacate) para ser discutido junto à Secretaria de Gestão e Inovação através da mesa permanente de negociação permanente instalada pelo governo federal.

João Carlos lembrou ainda que mais uma vez os servidores e servidoras não estão contemplados no orçamento federal, como aconteceu em 2023 e que tal como aconteceu este ano, será necessária uma grande mobilização dos trabalhadores para convencer o Congresso a remanejar o orçamento para incluir na Lei Orçamentária Anual - LOA recursos para a recomposição salarial dos servidores federais.

“Nós precisamos estar unidos e mobilizados para pressionar os parlamentares a atender nossa demanda salarial que é urgente, pois a política salarial das duas últimas gestões do governo federal foram muito ruins para os trabalhadores públicos, criando uma defasagem enorme nos vencimentos da categoria”, disse João Carlos Martins.

Durante a reunião foi tratado ainda das questões específicas dos servidores e servidoras do Ministério do Trabalho e Emprego - MTE, dando ênfase ao Plano de Cargos e Salários, reivindicação antiga da categoria.

Participaram da reunião também, a secretária Geral, Conceição de Maria Reis Silva, a diretora de Formação, Maria da Penha Figueiredo e o vice presidente do Sindsep, Raimundo Pereira, além do presidente da CUT Maranhão, Manoel Lages.

Como encaminhamento ficou definido que os servidores deveriam analisar a proposta que está sendo debatida no Fonasefe para que o sindicato possa encaminhar a posição do Maranhão em relação ao tema.



ABAIXO-ASSINADO: EM DEFESA DOS SERVIDORES PÚBLICOS E POR UM SERVIÇO PÚBLICO DE QUALIDADE

Frente Parlamentar Mista do Serviço Público

Trabalhadores voltam a protestar contra juros altos

Nesta terça-feira (19) e na próxima quarta (20), datas em que o Comitê de Política Monetária (Copom) do Banco Central (BC) se reúne para anunciar mudanças nas altas taxas de juros da economia brasileira (Selic), trabalhadores e trabalhadoras voltam às ruas para pedir juros baixos. Atualmente a Selic está em 13,25% - a mais alta do mundo.

A CUT fará protestos em frente às sedes do Banco Central, nas cidades em a instituição está instalada e em locais de maior movimentação onde não há sede do BC. A Confederação Nacional dos Trabalhadores no Ramo Financeiro (Contraf-CUT), também faz convocação para os bancários participarem de atos na quarta, dia 20.

As estaduais CUTistas já iniciaram a convocação para os atos. Em São Paulo será na terça às 10h, em frente ao Banco Central (Avenida Paulista, 1804). Na quarta também haverá mais um ato no mesmo local convocado pela Contraf.

A economista da subseção do Dieese, na Contraf-CUT, Vivian Machado, ressalta que a expectativa do mercado é de mais uma queda de 0,5%. Com isso, a Selic passaria dos atuais 13,25% para 12,75%.

Pressão dos trabalhadores

A Contraf-CUT faz parte das entidades que estão articulando manifestações nas redes sociais e nas ruas, no próximo encontro do Copom. “No primeiro semestre do ano, iniciamos a campanha #JurosBaixosJá, chamando a atenção da sociedade, com vídeos e cards educativos, sobre o impacto dessa política de juros extorsivos

praticada pelo Banco Central e que impedem a geração de emprego e que o trabalhador tenha recursos para comprar sua casa própria, seu carro”, destacou a presidenta da Contraf-CUT e vice-presidenta da CUT, Juvandia Moreira.

“Por que uma Selic menor é tão importante para a economia brasileira e principalmente para os trabalhadores? Porque estimula o investimento produtivo e a geração de emprego e renda. Os juros definidos pelo Banco Central são repassados para os clientes de todo o sistema financeiro. Então, com a Selic alta, fica mais alto o custo do crédito para as pessoas e para as empresas, significa pagar mais caro pela casa própria, pelo carro. Logo, o inverso também acontece: a Selic mais baixa dinamiza a economia e melhora a vida da população e do setor produtivo, com mais recurso para gastar e investir”, explicou Juvandia.

Selic razoável

O economista Ladislau Dowbor, professor da PUC São Paulo, calcula que uma taxa básica de juros razoável para o país seria de 6% a 5% (menos da metade da atual), o que daria em termos de juros reais 1,5% de lucro, como é praticada em países da Europa e pelos Estados Unidos. “Os rentistas, que são uma minoria, ganham aqui no Brasil 8,5% de juros sem fazer nada, sem produzir nada. É um escândalo”, alertou.



Já o economista Marcelo Manzano, professor da Unicamp, avalia que um patamar razoável para o juro real no país seria entre 3% e 5%. “Os países da OCDE [Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico, que reúne 38 países de economias mais avançadas] trabalham com juros mais baixos, mas infelizmente temos uma moeda menos valorizada, e isso obriga o país a trabalhar com um juro maior. Se baixar demais pode ocorrer a fuga de capital financeiro, pois seria mais confortável para os investidores manterem o dinheiro no exterior. Ainda assim, a atual taxa praticada pelo BC é desproporcional”, explicou em entrevista ao site da CUT.

Entenda

O Copom, entidade do BC, se reúne por dois dias, a cada 45 dias, para definir a taxa básica de juros do país, chamada Selic. O próximo encontro será amanhã (19).

A Selic mais alta aumenta o custo de vida do trabalhador, os empréstimos para pessoa física e empresas e também a dívida do Estado, pois impacta nos juros dos títulos públicos.

Matéria completa em cut.org.br